



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681021 - SC (2021/0224183-5)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : ROSANE TEREZINHA ZUCKI
ADVOGADA : ROSANE TEREZINHA ZUCKI - SC012820
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : DAVI ULISSES DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DAVI ULISSES DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5031759-19.2021.8.24.0000/SC).

O paciente cumpre pena em regime fechado na Penitenciária Industrial de Blumenau (fl. 7).

Alega o impetrante que o paciente faria jus à remição de 177 dias da pena pela conclusão do ensino fundamental e de 133 dias, pela conclusão do Ensino Médio, ambos por meio do ENCCEJA, Sustenta, porém, que o juiz da execução concedeu remissão de apenas 10 e 13 dias, respectivamente, em expressa violação do disposto na Recomendação n. 44/13-CNJ.

Requer, liminarmente, "a remição no patamar previsto na Rec. 44/13 da CNJ, ou seja, 177 dias de remição referente à aprovação no ENCCEJA ensino fundamental e mais 133 dias pela aprovação no ENCCEJA ensino médio" (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente